

JORNALISMO INTERNACIONAL: PEQUENO GRANDE MUNDO

Andréa Carolina Schwartz Peres¹

Like anthropologist, news media foreign correspondents report from one part of the world to another. We share the condition of being in a transnational contact zone, engaged there in reporting, representing, translating, interpreting – generally, managing meaning across distances, although (in part, at least) with different interests, under different constraints. (Ulf Hannerz, 2004, p. 3)

RESUMO: O artigo trata do jornalismo internacional hoje no Brasil, como ele é realizado e quais são suas limitações. Discorre brevemente sobre o noticiário de guerra e tece algumas considerações sobre a cobertura da imprensa brasileira das guerras na ex-Iugoslávia.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo internacional; guerras na ex-Iugoslávia; imprensa brasileira.

APRESENTAÇÃO

Faço aqui um panorama do jornalismo internacional hoje no Brasil. Baseando-me em minha dissertação de mestrado sobre a cobertura brasileira das guerras na ex-Iugoslávia², mostro como é realizado o noticiário internacional no país e em que consiste esse noticiário. Trato espe-

¹ Doutoranda em Antropologia Social pela Unicamp (Campinas/SP)

² Dissertação de mestrado “Enviado especial à...: uma análise antropológica da cobertura da imprensa brasileira das guerras na ex-Iugoslávia (anos 90)” (2005).

cificamente da imprensa escrita, com foco nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

Divido o artigo em três partes. Na primeira discorro de forma geral sobre jornalismo internacional, na segunda falo um pouco do noticiário de guerra e do que foi a cobertura das guerras na ex-Iugoslávia, e na terceira traço algumas considerações finais. Concluo alinhavando o conteúdo do artigo à proposta do dossiê.

APONTAMENTOS SOBRE JORNALISMO INTERNACIONAL NO BRASIL

O jornalismo internacional, não só no Brasil, como em muitos outros lugares, está vinculado à produção de notícias, e esta, aos despachos de meia dúzia de agências internacionais, que possuem escritórios espalhados pelo mundo (mas não todo o mundo). São elas: a Associated Press, americana, a Agence France Presse, francesa, e a Reuters, inglesa, predominantemente; e a EFE, espanhola, a DPA (Deutsche Presse-Agentur), alemã, e a Ansa (Agenzia Nazionale Stampa Associata), italiana. Compramos assim, além das notícias, suas ênfases, pontos de vistas, posicionamentos, etc..

Existe, contudo, o esforço do redator ou editor no Brasil de personalizar o noticiário internacional de seu jornal, o que influi na redação/edição das notícias e fotografias dos despachos internacionais (na tentativa, por exemplo, de eliminar arestas ideológicas e posicionamentos exacerbados), e que acrescenta a estas, artigos de jornais internacionais (como o *El País*, o *Le Monde*, o *The New York Times*, dentre outros), opiniões e posicionamentos críticos, artigos de seus correspondentes internacionais e enviados especiais (mais raramente) e pesquisas realizadas nas próprias redações do jornal.

No entanto, é inegável que a notícia, o acontecimento, venha predominantemente do jornalismo feito fora do Brasil, por jornalistas, que não os brasileiros. O noticiário internacional constitui-se, assim, de notícias consideradas importantes e relevantes no âmbito internacional. Estas, mapeadas em grande medida pelas agências, inscrevem-se dentro de determinadas paisagens jornalísticas, referentes ao acontecimento, rela-

cionadas à pessoa com quem o fato aconteceu e, principalmente, ao lugar onde o fato aconteceu. Vemos que alguns lugares predominam na imprensa; hoje são lugares como Estados Unidos, alguns países da Europa e Oriente Médio (principalmente Iraque e Palestina), que predominam no noticiário. A China e a Rússia vez ou outra são notificadas. Talvez, em caso de terremoto, a Caxemira também possa aparecer... E como aqui é Brasil, a América do Sul possui algum espaço na imprensa brasileira, maior, todavia, para seus países relativamente “mais importantes”.

A esse afunilamento mundial das informações, soma-se ainda o enfoque como elas são noticiadas, já que transmitidas basicamente por agências européias e americanas de notícias, que guardam muitas semelhanças entre si, em termos geopolíticos, profissionais, sócio-econômicos, culturais, etc..

O jornalismo se limita assim, a uma escrita determinada, seja por chavões, seja por simplificações excessivas, seja por “manuais de redação”, que padronizam a escrita jornalística, seja por uma narrativa romanceada dos eventos (que fazem histórias reais parecerem ficção, transpondo o foco, do acontecimento para a narrativa em si).

Muitos autores já atentaram para essas características. Bourdieu (1997) chamou a atenção para a reprodução de sentidos comuns no noticiário. Para ele, existem tendências de fechamento no que é publicado pelos jornais. A concorrência, ao invés de incentivar a originalidade, leva à mais uniformidade. E os jornalistas, como lêem muito a si próprios, acabam escrevendo mais ou menos da mesma maneira e sobre os mesmos assuntos. Além de terem que pensar rápido, dado o ritmo de produção dos jornais, favorecendo assim, a reprodução desses chavões.

Hannerz (2004), por sua vez, em sua etnografia sobre correspondentes internacionais (quem são, onde moram, como vivem, o que escrevem, etc.) utiliza um termo do próprio jornalismo que aponta, igualmente, para esse fechamento, que são as “linhas de história” (ou “story lines”). Elas seriam uma espécie de mote a respeito do assunto sobre o qual se fala (ou se escreve), que dá coerência à história e organiza e simplifica a narrativa jornalística. Ele cita, nesse sentido, o conflito árabe-is-

raelense como a linha de história de uma cobertura em Jerusalém. Outro de seus exemplos é sobre David Remnick, correspondente em Moscou no final da década de 80. Remnick contou a Hannerz que, por ocasião do conflito em Nagorno-Karabakh, criara uma tecla de atalho em seu computador que escrevia automaticamente, em quase todos os seus artigos que Nagorno-Karabakh era um enclave montanhoso em disputa no Azerbaijão e que era habitado basicamente por armênios étnicos (2004, p. 218)³. Cito esta frase pois ela, sem querer explicar nada, acabava trazendo em si uma suposta óbvia explicação para o conflito e definição da linha de história dos artigos sobre a região (não apenas Remnick escrevia esta pequena frase, mas também muitos jornalistas da época que cobriram esse conflito).

A linha de história é, portanto, aquilo que fica de cada acontecimento. Os artigos podem ser diversos, mas a linha de história unifica a cobertura e norteia o que se fala do evento.

Hannerz e Bourdieu (1994) vão localizar também na própria temporalidade da produção jornalística tais elementos conservadores. Nas palavras de Hannerz (2004, p. 134):

(...) the hurried itinerary of parachutists⁴, often combined with a lack of opportunity for advance preparation with regard to knowledge of local circumstances, would seem to make it difficult to report in depth, and interpret, and explain. Going beyond the witnessing aspect with its direct appeal to the senses, the parachutists may come to rely heavily on received wisdom established regional interpretative frames and preconceptions brought in from elsewhere.

Sendo assim, as reportagens são costuradas por um certo senso comum a respeito do que acontece, baseado nas linhas de história e também no próprio modo como trabalham os jornalistas, que costumam se

³ No livro: “a disputed mountain enclave within Azerbaijan, inhabited mostly by ethnic Armenians” (2004, p. 218).

⁴ “Parachutists” ou pára-quedistas seriam os nossos enviados especiais, ou seja, aqueles jornalistas enviados para um determinado local para cobrir um evento específico.

informar a respeito do lugar (ou acontecimento) por artigos de outros jornalistas e por pessoas ou *fixers*⁵ locais, que, por sua vez, compartilham de uma certa estrutura interpretativa local estabelecida. O conhecimento de senso comum possui assim uma rotatividade: da população para os correspondentes, para as suas matérias, para um outro correspondente, que então se manterá informado pelas matérias de outros correspondentes e pela população local.

Pensando agora neste correspondente, se Hannerz o tem como foco de análise, para nós, este foco é difuso, pois grande parte do noticiário internacional brasileiro caracteriza-se pelo anonimato deste sujeito. Primeiramente, se tratando de artigos não assinados, as agências internacionais enviam notícias e, desde então, desconhecemos seus jornalistas. A partir destes despachos e dos despachos dos jornais internacionais, a matéria é escrita aqui por um outro jornalista. Quando lemos a matéria no jornal, a única informação que temos a respeito de sua autoria é a citação de meia dúzia de agências, ou simplesmente, “com agências internacionais”. E o que temos neste momento é uma múltipla autoria e um distanciamento maior do contexto de elaboração do artigo. Em segundo lugar, tratando-se de artigos assinados, estes (sejam feitos por correspondentes brasileiros ou enviados especiais, sejam feitos por outros correspondentes de diversos jornais e agências estrangeiros) não diferem muito uns dos outros em termos de tipo de cobertura. Ambos cobrem mais ou menos os mesmos assuntos, temas e lugares são recorrentes e a forma de narrá-los muito parecida. A diferença, claro, é que cada dia temos menos jornalistas brasileiros fazendo coberturas internacionais *in loco*. Por último, no que tange ao acompanhamento de determinado assunto (caso de fato haja esse acompanhamento por parte dos jornais), se não é um enviado especial brasileiro que está lá fazendo a cobertura, dificilmente podemos acompanhar dia-a-dia a cobertura de algum outro correspondente

⁵ Os *fixers* são pessoas do lugar, contratadas pelo jornalista por possuir “maior conhecimento” do que este sobre o lugar e a situação, além de possuir contatos na região. Não são necessariamente jornalistas, embora arrumem entrevistas, indiquem personagens, etc., podendo trabalhar também como tradutores ou motoristas.

pelos nossos jornais, que publicam um material variado, de diversos autores, e descontínuo neste sentido.

Concluimos então que muito da maneira como funciona a imprensa concorre para a anulação do jornalista como autor de seu noticiário. O que, por sua vez, não é de todo ruim para uma imprensa que prega como valor a neutralidade e a objetividade (em contraposição à subjetividade) diante dos fatos (por mais que todos saibamos – inclusive eles – que ambas sejam impossíveis de serem plenamente atingidas).

Frente a tudo isso, desde o fechamento do que é dito ou como é dito, até a quase impossibilidade do jornalista aparecer como autor, somados à fragmentação e à fugacidade do noticiário, podemos perguntar: qual o sentido do jornalismo internacional brasileiro?

A figura do jornalista e do correspondente internacional, enquanto indivíduo, dono de uma escrita e de uma experiência de vida, convertido em testemunha de um acontecimento, vai constituir o diferencial do jornal e, aparentemente, da cobertura. É isso que dá importância a esse “brasileiro”, que é quem faz a tradução e relata para nós o que lá acontece, dando coesão ao noticiário e de fato nos aproximando do contexto de elaboração da notícia.

Esse diferencial do jornal, contudo, é raro e acaba implicando outros problemas. Além da falta de tempo, dinheiro e conhecimento da região para uma cobertura aprofundada, muitas vezes, na tentativa de nos aproximar com o que *lá* acontece, alguns assuntos são recorrentes: proliferam reportagens sobre brasileiros nos locais notificados, torna-se explícito essa espécie de orgulho esquisito que o jornalista brasileiro tem de, ao se identificar como brasileiro, ser “logo” bem recebido, e ainda, o jornalista aparece como protagonista de uma reportagem, ao invés, de “testemunha ocular da história”, como se costuma dizer. Tudo isso, portanto, ao invés de nos aproximar da realidade do outro, mais dela nos distancia.

Um exemplo recente deste mecanismo ambíguo, e talvez não intencional, pôde ser claramente observado na cobertura do tsunami que atingiu a Ásia em dezembro de 2004. Por maior que tenha sido a cobertura, a comoção mundial e a ajuda humanitária, o espaço ocupado na imprensa brasileira pelos “turistas ocidentais”, ou pelos dois brasileiros

mortos na catástrofe, ultrapassou enormemente o lugar nela ocupado pelos “nativos”. Desta maneira, ao falarmos de nós mesmos, deixamos de falar dos outros o tanto quanto deveríamos ou de assuntos mais pertinentes à situação. Assim, por um simples ato de vaidade identitária, que pretendia a aproximação, cria-se o distanciamento.

Crise

Muitos jornalistas concordam com as questões colocadas acima e argumentam que o problema fundamental das mídias no Brasil é a falta de dinheiro para uma cobertura internacional intensa e aprofundada.

Os jornais sempre precisaram de dinheiro e por isso sempre venderam suas páginas para anunciantes. Hoje, contudo, a dependência do mercado e de anúncios é maior, e há a concorrência de outros meios de comunicação, mais eficazes e atraentes para este tipo de publicidade (internet e televisão principalmente). Sendo assim, os jornais procuram saídas: uns rendem-se a subsídios estatais, outros unem-se a grandes conglomerados empresariais, e todos reclamam da falta de dinheiro para melhores coberturas internacionais.

No entanto, três fatores, ao meu ver, contribuíram para a diminuição da seção de internacional dos jornais brasileiros (de suas paisagens jornalísticas, da quantidade de matérias e do número de páginas no jornal). O primeiro, seria o fim da guerra fria. O segundo, a crise econômica. E o terceiro, as melhorias gráficas dos jornais, tornando-os, deste modo, “mais atraentes” – para o público leitor e para a publicidade e anúncios.

Em primeiro lugar, com o fim da guerra fria e, conseqüentemente, o fim da polarização EUA/URSS e do perigo iminente do que poderia ser a maior de todas as guerras, é evidente a diminuição de lugares cobertos pela imprensa internacional. Embora tanto a Rússia como os Estados Unidos continuem sendo determinantes para a pauta internacional⁶, mui-

⁶ Como exemplos podemos citar a guerra dos Estados Unidos contra o Afeganistão, em 2001, e contra o Iraque, em 1991 e 2003. Em relação à Rússia, cito os acontecimentos na Ucrânia de novembro de 2004, que ocuparam páginas inteiras de jornal por dias, quando fazia tempo que nenhuma história tinha mais espaço nos jornais do que a guerra no Iraque ou o conflito na Palestina. E fazia mais tempo ainda que a Ucrânia não chamava para si a atenção do mundo. (Em novembro de 2004, Viktor Yushchenko foi derrotado nas eleições presiden-

tos países perderam a sua estrategicidade e, neste sentido, deixaram de ser “importantes” e de serem noticiados, principalmente na África e na América Latina, sobre os quais diminuiu significativamente a quantidade de matérias. Além disso, muitos conflitos hoje estão mais distantes (real e figuradamente) dos grandes centros, já que não há mais uma estrutura interpretativa, como era a guerra fria, que os aproxime do público leitor, facilitando assim sua inteligibilidade⁷.

Em segundo lugar, a crise econômica no Brasil acarretou para os jornais a diminuição de correspondentes no exterior, a diminuição de enviados especiais para cobrir eventos diversos e a diminuição de papel (matéria-prima que ainda é importada), levando à diminuição do número de páginas do jornal – inclusive de internacional. Alguns fatores concorreram para essa crise. Em primeiro lugar, a inflação e o endividamento dos jornais, e daí, a redução de gastos em dólar (correspondentes e papel). Paralelamente, com o desenvolvimento de outros meios de comunicação (mais significativamente televisão e internet), a publicidade se dispersou. Hoje há menos propaganda (por incrível que pareça) nesses jornais de circulação diária, e menos anúncios nos classificados, aumentando assim o custo do jornal. Por fim, com a diminuição generalizada da receita, tivemos a diminuição do poder aquisitivo das pessoas, levando a um menor número de assinaturas e compradores esporádicos, o que contribuiu para diminuir ainda mais o número de anunciantes, já que o jornal precisa vender para ter anúncios, que são a sua principal fonte de renda. Os jornalistas se confortam em dizer que não são somente os jornais brasileiros que estão em crise, que é uma crise mundial e que “até” a Rede Globo está em crise.

Por último, tanto a *Folha de S. Paulo* quanto *O Estado de S. Paulo* (para focar a análise apenas nestes jornais paulistas) sofreram reformas gráficas consideráveis durante a década de 1990. Com o desenvolvimento de tecnologias mais leves, com a concorrência de meios de comunicação mais velozes, e com o intuito de tornar a leitura mais fácil, ágil e agradável,

ciais ucranianas. O pleito, considerado fraudulento, levou a população às ruas para reivindicar novas eleições. Yushchenko é visto como pró-ocidente e seu opositor, Viktor Yanukovych, é visto como parceiro da Rússia e do presidente russo Vladimir Putin, ex-membro da KGB.)

⁷ Tratarei deste assunto em maiores detalhes nos tópicos seguintes.

as fotografias passaram a ocupar todas as páginas do jornal, a largura do jornal diminuiu e o texto extenso deu lugar a uma filosofia do “dizer mais, com menos”, a partir de linguagens visuais (que seria a “arte” do jornal: quadros informativos ou “boxes didáticos”, gráficos, mapas, esquemas) que agilizam a transmissão da mensagem. A página se reconfigurou: grandes destaques a notícias “mais importantes” e pequenas notas a algumas notícias “menores”, ambas, todavia, com letras maiores e textos e parágrafos mais curtos.

JORNALISMO DE GUERRA

Quando Knightley (1978) afirma, em uma das frases mais citadas quando o assunto é jornalismo de guerra, que a primeira vítima de uma guerra é a verdade, ele está se referindo à liberdade de imprensa, em contraposição ao domínio da propaganda, da militância ideológica, da perseguição política e da ameaça à vida do jornalista.

A imprensa, neste sentido, foi vista inúmeras vezes ao longo de sua história como “parte do esforço de guerra”, não havendo separação entre o jornalismo de guerra e a propaganda do governo envolvido. Podemos verificar isso ainda hoje.

A mídia iugoslava, por exemplo, influenciou ativamente nas guerras que lá ocorreram. Quando não colaboravam, os jornais, revistas, estações de rádio e televisão locais independentes eram muitas vezes fechados pelo governo ou submetidos a altas multas e taxações, que inviabilizavam a sua continuidade. Deste modo, a imprensa oficial sérvia e a que restara foram muito utilizadas para atizar o nacionalismo sérvio e unir a população sérvia e montenegrina contra o “separatismo” croata, esloveno, muçulmano e albanês, a favor da Iugoslávia unida e do mito de Kosovo enquanto berço da nação.

Em 1999, na guerra do Kosovo, igualmente, durante os bombardeios da Otan à Iugoslávia, os repórteres foram proibidos pelo governo iugoslavo de entrar na província, exceto algumas idas estratégicas aos lugares destruídos pelos “erros da Otan”. Além disso, no outro *front*, ou

seja, do lado da Otan, os jornalistas dependiam de seus *pools*⁸ oficiais para maiores detalhes sobre os bombardeios e negociações, e muitos cobriram o conflito da sede da Otan em Bruxelas.

Vimos também, na guerra do Iraque, a recruta Jessica Lynch, supostamente seqüestrada e ferida pelos iraquianos, sendo resgatada heroicamente, em abril de 2003, por forças especiais norte-americanas, de um hospital em Nassiriah. A operação de resgate das forças especiais foi toda filmada e Jessica Lynch transformada em heroína nacional. Pouco tempo depois descobriu-se que tudo não passara de uma grande encenação. Nas palavras de Rogério Simões⁹:

(...) o episódio da recruta Jessica Lynch, no Iraque, é emblemático: os americanos venderam seu resgate como um episódio heróico, o que depois foi comprovado ter sido um bom trabalho de marketing para elevar o moral das tropas americanas e da opinião pública nos Estados Unidos.

Ou seja, a censura oficial aos meios de comunicação passou a ser substituída, muitas vezes, por estratégias de marketing, como na citação acima, ou ainda, por modos de fazer jornalismo. Neste caso, cito os inúmeros soldados que acompanharam os batalhões norte-americanos na guerra do Iraque e que, deste ponto de vista, reportavam os feitos desses soldados para seus jornais (basta lembrar das constantes fotos e imagens de soldados americanos sendo recebidos como libertadores em vila iraquianas e sendo assediados por crianças pedindo balas e chocolates).

Outra estratégia de controle do noticiário foi a institucionalização dos *pools* oficiais de imprensa, onde funcionários do governo teriam a função específica de reportar para a imprensa os acontecimentos da

⁸ O *pool* de imprensa foi o meio encontrado por jornais e revistas, no século XIX, para produzir mais notícia com um custo menor. Neles, alguns jornalistas ou equipes produziam material jornalístico para muitos órgãos de imprensa. Nasceu daí a idéia de se formar agências de notícias (Cf. Natali, 2004, p. 30). Os *pools* foram muitas vezes oficialmente instrumentalizados para uso político e propagandístico.

⁹ Rogério Simões é jornalista e foi enviado especial da *Folha de S. Paulo* à Croácia durante a guerra na Bósnia, em 1995. A citação é parte de entrevista concedida a mim por e-mail, em novembro de 2003.

guerra. Ou seja, sem censura, com divulgação do desenrolar da guerra e, certamente, com o direcionamento e manipulação da notícia.

Em 1991, na primeira guerra no Iraque, que seria também a primeira guerra transmitida ao vivo pela televisão, oficiais americanos fomentaram assim a divulgação das imagens da guerra que lhes interessavam: “imagens da tecnoguerra: o céu, acima das pessoas que morriam, repleto de rastros luminosos dos mísseis e bombas – imagens que ilustravam a absoluta superioridade militar americana sobre o inimigo” (Sontag, 2003, p. 57). E proibiram, por exemplo, a divulgação aos telespectadores americanos de um filme comprado pela rede NBC de televisão, que depois *optou* por não exibi-lo; este filme mostrava “o destino de milhares de recrutas iraquianos que, depois de fugirem da capital do Kuwait no fim da guerra, no dia 27 de fevereiro, foram bombardeados exaustivamente com explosivos, napalm, bombas radioativas de urânio empobrecido e bombas de fragmentação” (Sontag, 2003, p. 57).

Os pelo menos 100 mil iraquianos que morreram na Guerra do Golfo – entre soldados mal armados e civis¹⁰ – foram relegados ao esquecimento, assim como na atual guerra contra o Iraque, onde, novamente, eles tampouco aparecem, pelo menos, os mortos pela guerra (já que ficamos sabendo dos horrores de Abu Ghraib, onde soldados americanos foram flagrados humilhando e torturando prisioneiros iraquianos).

Hoje, a noção de liberdade de imprensa está vinculada, portanto, muito mais à ausência de uma censura oficial explícita aos meios de comunicação, do que a uma censura interna ou dissimulada a estes meios, baseada nos elementos citados acima, mas também em uma autocensura do “bom gosto” e do “decoro”, no sentido de que podemos, por exemplo, mostrar fotografias terríveis até o ponto em que o bom gosto nos permita, ponto este que varia de acordo com o lugar ou a posição da qual se fala. Nas palavras de Sontag, “quanto mais exótico ou remoto o lugar, maior a probabilidade de termos imagens frontais completas dos mortos e agonizantes” (2003, p. 61).

¹⁰ Cf. Arbex Jr., 2000, p. 83.

Percebemos assim que são fatores internos ao jornalismo e ao fazer jornalístico que, muitas vezes, concorrem para sua “limitação”. Estes estão relacionados à coleta de informações, à escrita jornalística e a este tipo de censura, que faz com que, dentre outras coisas, evitemos o sensacionalismo ou a exposição de cadáveres nas páginas do jornal – menos, claro, quando as atrocidades são dos outros e os cadáveres também são dos outros ou, se nossos, de nossos pobres e negros.

Pensando os jornais brasileiros especificamente, estes vão buscar ainda uma forma “neutra” de noticiário, que pode ser exemplificada comparando nossos jornais com os norte-americanos. Lá, o *The New York Times* apoiou, em editorial, a candidatura de John Kerry para a presidência dos Estados Unidos. No Brasil, não imagino qual seria a reação da opinião pública se algum jornal explicitasse dessa forma o seu apoio político. E lá, jornalistas acompanharam “seus” soldados na guerra no Iraque, enquanto aqui se tentou (segundo os jornalistas com os quais conversei) eliminar das matérias os possíveis posicionamentos desses jornalistas.

Esta auto-distinção do jornalismo brasileiro, pautada pelo seu “não envolvimento” de fato com a política de muitas regiões do globo e o seu “não posicionamento” oficial em relação a política eleitoral no Brasil é, no entanto, suspeita. Existem áreas nebulosas, não explícitas, do jornalismo, onde supomos apoios dissimulados a determinados lados destas disputas e conflitos, além de apoios politicamente corretos e politicamente diplomáticos. Optei, no entanto, em trabalhar com o não suspeito em relação às mídias, deste modo, remetendo à epígrafe de Hannerz do início deste artigo, minhas perguntas são simplesmente, quais sentidos/significados são manejados pela imprensa e o que ela está nos dizendo a respeito do mundo?

O papel do jornalismo na difusão de informações e na aproximação das diversas partes do globo, de seus problemas, realidades, diferenças, é fundamental. Mas, como vemos, e espero demonstrar adiante, por mais que se tente, ou não, a “neutralidade”, esta é sempre informada por visões e compreensões de mundo, por regras do próprio jornalismo, e por bons senso, ou senso comuns, sobre o quê e como mostrar.

Com base nessa proposta, conto um pouco do que foi a cobertura das guerras na ex-Iugoslávia realizada pelos nossos jornais.

A cobertura da imprensa brasileira das guerras na ex-Iugoslávia

O que os sérvios da Bósnia estão fazendo em Gorazde é repugnante. Transformaram hospitais e abrigos de refugiados em alvos preferenciais de sua artilharia. Estão dizimando, sistematicamente, a população não combatente. Os mongóis faziam isso; punham uma cidade a sítio e exterminavam sua população a ferro e fogo, para que as demais não oferecessem resistência. Mas isso foi há 600 anos e de lá para cá se supunha que a civilização havia atingido os Bálcãs. (“A barbárie prevalecerá?”, editorial d’*O Estado de S. Paulo*, 22 abr. 1994)

Testemunhamos na década de 1990 quatro guerras no território da ex-Iugoslávia, que levaram à desagregação do país e à conformação atual do território¹¹.

Em 1991, a guerra estourou na Eslovênia e na Croácia e, em 1992, na Bósnia-Herzegóvina. Na Croácia, apesar da guerra ter acabado em 1992, sua conformação territorial final só se resolveu em 1995, ano em que o acordo de Dayton pôs fim também à guerra na Bósnia.

Em 1998, confrontos entre milícias sérvias e o Exército de Libertação do Kosovo ganharam repercussão internacional. A Otan interveio em 1999 com bombardeios à Iugoslávia (formada então pela Sérvia, Montenegro, Kosovo e Voivodina) para pôr fim ao conflito, no que ficou conhecido como a “guerra do Kosovo”.

Embora a secessão da Macedônia não tenha sido marcada por um conflito de tipo bélico, ocorreram alguns enfrentamentos entre macedônios e a significativa minoria albanesa existente no território.

Tais conflitos foram intensamente divulgados pela imprensa. Pesquisei e acompanhei sistematicamente essa cobertura, principalmente a

¹¹ A ex-Iugoslávia compreende hoje os territórios da Macedônia, Croácia, Eslovênia, Sérvia e Montenegro (que inclui o Kosovo e a Voivodina) e Bósnia-Herzegóvina (composta pela federação muçulmano-croata e pela República Srpska, ou “sérvia”). Tal conformação ainda não é definitiva: está para ser decidido o estatuto final do Kosovo, sob tutela das Nações Unidas, e, a partir de 2006, Sérvia e Montenegro poderão votar suas independências.

realizada pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Trago aqui algumas de minhas conclusões.

Pensar a cobertura das guerras na ex-Iugoslávia na imprensa brasileira, implicou pensar, para além do jornal e de seus jornalistas, a elaboração de uma fala sobre os acontecimentos e os sujeitos nelas envolvidos.

Acompanhamos, em primeiro lugar, a transição de um tipo de análise corrente durante a guerra fria – que tratava os conflitos no mundo como parte de um conflito mais amplo, entre “capitalismo” e “comunismo” – para análises culturalistas, ou seja, análises baseadas em termos como cultura, história, religião e etnia, que, no caso da ex-Iugoslávia, remetiam a formas tradicionais de representação do Leste Europeu e se tornaram recorrentes na imprensa durante a cobertura dos conflitos.

Deste modo, oposições como barbárie *versus* civilização (em que a Eslovênia, mais do que as outras repúblicas, representaria a civilização), comunismo *versus* democracia (de secessionistas, as repúblicas da Eslovênia e da Croácia logo passaram a ser vistas como democratas, em contraposição ao regime socialista da Sérvia, personificado na figura de Slobodan Milošević), ocidente *versus* oriente (em termos históricos, tais repúblicas fariam parte muito mais de um legado habsburgo e ocidental, do que otomano e oriental), caracterizaram o início das coberturas e se mantiveram mais ou menos constantes nos conflitos subsequentes – tornando “compreensível” para nós, “ocidentais”, as bases sobre as quais o conflito “se organizava”.

Analisando o conjunto destas dicotomias, é possível, entretanto, facilmente contra-argumentar que quando se explica tais diferenças a partir dos pertencimentos otomano ou habsburgo dos territórios ex-iugoslavos, está se contextualizando o conflito. Porém, o uso que é feito da história neste caso é um uso tendencioso, já que, categorizador: a Croácia e a Eslovênia estariam ligadas “culturalmente” a características ocidentais, católicas e, logo, a seus “valores intrínsecos”, como democracia, liberdade, desenvolvimento e civilização; em contraposição às demais repúblicas e províncias iugoslavas, “tradicionalistas”, “comunistas” e “atrasadas”, conectadas a um legado oriental, ortodoxo ou islâmico e, logo, a todas as implicações simbólicas e imaginárias des-

tes termos, que autores como Edward Said (2001) já apontaram, conotando de antemão uma cosmovisão de mundo e da história e destino destas populações.

A história é assim mobilizada com o intuito de explicar a rivalidade, a oposição entre os grupos e a desagregação do país acompanhada de guerra. Porém, colocada de modo estanque, se vê transformada em atributo cultural e tem alienada a sua temporalidade intrínseca. Tais identificações, naturalizadas, passaram a ser automáticas, e arranjaram e organizaram o modo como pensamos os conflitos nos Balcãs.

A cobertura dos conflitos na ex-Iugoslávia não era, todavia, apenas explicativa. Ela podia apontar para os últimos acontecimentos (confrontos e negociações diplomáticas), sendo este tipo de relato o mais comum, já que mais factualista e mais “quente”. Podia também trazer relatos das vítimas e descrever atrocidades e destruição de cidades. Mas era principalmente quando a “explicação” tomava a pauta, seja na forma de artigo explicativo, seja na forma de “linhas de história”, que a cobertura mais nos remetia a esse uso de categorias plenas em significados, passando a ser marcadamente etnicista e o conflito caracterizado definitivamente como um conflito étnico ou religioso entre sérvios e croatas, primeiramente, e, logo a seguir, com o início da guerra na Bósnia, entre sérvios, croatas e muçulmanos.

O ápice do “conflito étnico” se concretizou no Kosovo, onde sérvios e albaneses têm seus destinos selados desde a “grande” Batalha do Kosovo de 1389, e seriam “realmente” diferentes em termos étnicos, religiosos, culturais, históricos, lingüísticos, etc.¹².

¹² Dizia-se que, no caso das guerras na Bósnia e na Croácia, a única diferença real entre as populações em conflito, apesar do termo “étnico” comumente utilizado, era a religiosa. No caso do Kosovo, conquanto, todas as demais distinções citadas acima podiam ser mobilizadas. Citando as categorias mais mobilizadas pelas mídias, as diferenças entre as populações da ex-Iugoslávia costumavam se pautar pela religião (muçulmana, cristã ortodoxa e católica), pela etnia (eslava e albanesa), pela língua (o servo-croata, o esloveno, o albanês, o macedônio), pelo alfabeto (latino e cirílico), pela distinção entre nacionalidades e minorias nacionais, etc.. Sabemos, contudo, que não necessariamente as pessoas se distinguiam umas das outras segundo estas linhas. (Para maiores detalhes acerca destas e outras distinções, ver: Basch, 2003).

Contudo, foi também no Kosovo que houve uma mudança na forma de vermos este e outros conflitos que vieram depois, qual seja, em suas articulações internacionais. Apesar do problema do Kosovo ter sido colocado em termos étnicos, novas questões como direitos humanos, intervenção militar internacional, legitimidade e eficácia da ONU, nova ordem mundial, etc., passaram a nortear e predominar na cobertura e a nortear a política de lugares “mais importantes”, como Estados Unidos, Rússia e Europa (União Européia Ocidental, principalmente) em suas relações com os demais Estados, incluindo, atualmente, o chamado “Eixo do Mal”.

Feita essa rápida exposição, cabe sublinhar que o problema apontado aqui não se encontra especificamente na verdade ou inverdade do motivo étnico ou cultural ou nacional das guerras na ex-Iugoslávia, já que foi a partir das categorias étnicas/nacionais que se insuflou o ódio e que se demarcou os lados da guerra, mas sim no modo como tais categorias foram utilizadas, encobrando o caráter político dos processos que culminaram nos conflitos.

Ao enfatizar uma suposta história de ódios ancestrais, que ora estão latentes, ora estão atuantes, a imprensa abole a história e naturaliza os conflitos, despolitizando-os. Os povos são considerados diferentes dado suas “diversas” origens históricas ou étnico-religiosas, e isto, por si só, determinaria suas histórias subseqüentes.

Na época de Tito¹³, contudo, ninguém questionava, na grande imprensa mundial, a possibilidade ou não do Estado iugoslavo. A Iugoslávia era um fato, apesar das constantes repressões a dissidências nacionalistas – e isso, sabendo-se que muitos dos conflitos desse período, apesar de explicados a partir das dicotomias da guerra fria, apontavam também para questões territoriais e nacionais. Os tratados pós-guerras mundiais, por exemplo, resolveram alguns problemas territoriais, mas criaram outros, o do Estado de Israel sendo atualmente um dos mais emblemáticos deles. Vemos, igualmente, que o problema criado pelos tratados de paz pós-Primeira Guerra Mundial, que reconheceram o Reino dos Sér-

¹³ O Marechal Josep Broz Tito governou a República Federativa Socialista da Iugoslávia de 1945 até a sua morte, em 1980.

vios, Croatas e Eslovenos (logo depois renomeado como “Iugoslávia”), não decorria da mistura étnica em si, mas da distribuição de poder entre os então denominados “povos estatais” e “minorias nacionais” (Cf. Arendt, 1989).

Criou-se assim o conflito, não um conflito secular, mas um conflito moderno, baseado nas estruturas políticas do Estado nacional moderno. Maria Todorova (1997), neste sentido, afirma ainda que também um imaginário sobre a região, congelado e estereotipado, contribuiu para que as guerras fossem vistas como decorrentes de uma suposta essência balcânica, quando estas foram fruto, em última instância, justamente da europeização dos Bálcãs, que levou à perda do legado imperial otomano e à assunção e incentivo ao homogêneo e burocrático Estado-nação europeu como forma normativa de organização social. Vemos assim que o que é posto como “origem” é, na realidade, decorrente de processos históricos mais recentes.

A imprensa participa desses processos de categorização e estereotipização do outro (processos estes que diminuiriam a complexidade e simplificariam os eventos para os leitores), ancorando-os, no caso, a um imaginário pré-existente à desagregação da Iugoslávia, e corroborando para uma leitura hegemônica dos fatos. Insistindo que a Iugoslávia foi um país criado artificialmente (como se todos os demais países também não o tivessem sido), uma associação de várias línguas, etnias e religiões e que, por tais motivos, não poderia dar certo, a imprensa acabava sendo, ela mesma, porta voz de um discurso nacionalista, de suas mitologias nacionais e da fórmula “para cada Estado, um povo, uma nação”. E, além disso, abolia um período da história da ex-Iugoslávia, o do “regime socialista”, considerado uma irrelevante suspensão temporária dos conflitos e do “destino” desses povos e região.

Para concluir, pode-se reafirmar a argumentação de que nem todos os artigos sobre as guerras na ex-Iugoslávia enfatizaram os pontos aqui elencados, que existiram “bons jornalistas”, que muitos artigos de intelectuais foram publicados, etc.. Contudo, após a pesquisa, algo ficou, uma imagem, uma fala predominante, um discurso, que, ao meu

ver, utilizavam-se de uma determinada noção de cultura e de história, que nortearam a compreensão e o entendimento desses conflitos.

NOTAS FINAIS

Linhas de história

Como vimos, pela imprensa acompanhamos mais do que acontecimentos, acompanhamos discursos e imaginários. Fazendo uma revisão dos últimos 30 anos de coberturas internacionais nos jornais brasileiros, mas levando em conta comentários e leituras de jornais de outros países, podemos ver que grandes temas, ou “linhas de história”, predominaram ao longo deste período.

Primeiramente, o da guerra fria, que organizava o mundo, suas narrativas e seus pequenos conflitos segundo a polaridade comunismo *versus* capitalismo. Perguntava-se na época, em caso de conflito, não o motivo da luta, mas o alinhamento das partes, de que lado estavam. Para exemplificar tal polaridade, basta acompanharmos os enfrentamentos na América Latina nas décadas de 1970, 1980, onde guerrilhas latino-americanas, como o Sendero Luminoso, do Peru, ou as Farc, da Colômbia, eram classificadas simplesmente como “maoístas” ou “marxistas”.

Houve, por conseguinte, ainda na década de 1980, um momento de transição, onde tais termos “geopolíticos” passaram a mesclar-se a termos étnico-culturais. Na ex-Iugoslávia verificamos isso nas distinções entre as diversas repúblicas e províncias. Cito um outro exemplo: em um artigo sobre um atentado no Sri Lanka, que causara a morte de 100 pessoas, a “minorias étnica” e “separatista” Tamis é considerada culpada pelo atentado (Atentado..., 1987, p. 1). O correspondente d’*O Estado de S. Paulo* em Paris, Gilles Lapouge, nos explica o que aconteceu. Segundo ele, a motivação do atentado encontrava-se no antagonismo entre os Tamis e a população do Sri Lanka: os Tamis são diferentes da população do Sri Lanka *religiosamente*, pois são hinduístas ou cristãos contra a maioria budista; *etnicamente*, pois são procedentes da Índia e não se relacionam com a população cingalesa (nativa); e “*sobretudo*” *ideologicamente*, já que os dois principais

movimentos Tamis, os “Tigres de Elam” e os “Estudantes Revolucionários de Elam” são de orientação “marxista” (Lapouge, 1987, p. 6)¹⁴.

Notamos neste exemplo a natureza dúbia dos termos utilizados para referenciar grupos e conflitos; oscilações estas pautadas pela identificação destes termos dentro da polarização esquerda/direita, mas também, pelos seus atributos étnicos. Tal natureza dúbia permaneceu por algum tempo, até ser superada pela visão predominantemente culturalista dos fenômenos.

É notável, entretanto, ao analisarmos o caso da ex-Iugoslávia e outros momentos da década de 1990, que houve um grande esforço das mídias (ou das novas potências globais, incluindo Estados Unidos, e incluindo também a Rússia) de apagar o comunismo de nossos imaginários (quando não, o colonialismo). Nos artigos que revelam o fim da guerra fria e o começo das “guerras quentes” da década de 1990, culminando no caos de categorias que temos hoje em dia, ao comunismo foi relegado um papel histórico menor, quase irrelevante. Conflitos como os de Nagorno-Karabakh e da Tchetchênia hoje em dia, se aparecem nas mídias, são tratados como conflitos étnicos e territoriais simplesmente; não se faz menção à antiga União Soviética ou aos elementos de continuidade da estrutura de poder soviético que a Rússia contemporânea guarda ainda hoje.

O assustador disso tudo é que a questão étnico-religiosa serve para vermos o quão inevitáveis são tais conflitos, mas também o quão insolúveis eles são, dado que a etnia (ou outra categoria equivalente) explicaria o conflito, mas não legitimaria políticas territoriais positivas – seja porque grandes poderes estão em jogo, seja porque, como se costuma dizer, se começarmos a dividir o mundo em linhas étnicas, não paráramos nunca, seja por quaisquer outros motivos.

Hoje em dia, está para ser definida uma nova linha de história, ou de abordagem dos conflitos/contextos ao redor do mundo. A imprensa coloca como certas, de um lado, a hegemonia dos Estados Unidos e sua política mundial, e do outro, os atentados terroristas, que nos remetem

¹⁴ Grifos meus.

não a choques de etnias, tribos ou culturas, como no momento anterior, mas à “nova cruzada do século 21”, que opõe “fundamentalistas islâmicos” (generalizados como “muçulmanos”) e o “Ocidente”, com respingos de petróleo como pano de fundo e o chamado Eixo do Mal, que reuniria os tais “fundamentalistas” aos “comunistas” de outrora – ou de agora? – no caso, a Coréia do Norte. A Rússia, em posição ambígua interna e externamente, ainda aparece bastante: como mostrei no início deste artigo, em suas alianças/negociações econômicas com países democráticos (como Brasil), em suas políticas internas em muitos aspectos militarista e autoritária, em seu direito de veto no Conselho de Segurança da ONU. Mas o quadro é incerto ainda, se compararmos com os momentos anteriores; ou simplesmente pede uma análise mais detalhada e sistemática, como a que foi feita em relação à cobertura das guerras na ex-Iugoslávia e à década de 1990 de maneira geral.

Algumas imagens

Cabe aqui, acrescentar ao texto, as imagens e fotografias – tão poderosas quanto os textos jornalísticos para a manutenção de imaginários e constituição de uma memória coletiva acerca dos acontecimentos presentes e passados, e talvez mais poderosa, para a mobilização de sentimentos. Concluo este artigo, discorrendo brevemente sobre isso.

Arbex Jr., comentando palestras que dava sobre política internacional, nos diz que costumava perguntar ao auditório se se lembravam da queda do Muro de Berlim, ou da guerra do Golfo, ou da invasão da Somália. As pessoas lhe respondiam que sim, e falavam das cenas que lembravam, como as picaretas derrubando o Muro, a “sensação de vídeo-game” no Golfo e a fome na África. Ou seja, “Eles se lembravam das imagens relativas ao evento, mas não conseguiam explicá-las (...) foram incapazes de criar uma narrativa sobre um acontecimento que, no entanto, fazia parte de sua memória” (2000, p. 36).

Nesta mesma linha, Sontag afirma: “o problema não é que as pessoas se lembrem por meio das fotos, mas que só se lembrem das fotos”, o que ofusca outras formas de compreender e de recordar (2003, p. 75).

Ou, em relação a essas imagens, Hannerz (2000, p. 121) afirma:

Yet the sight of starving children in Ethiopia, or of victims of a grenade thrown into Sarajevo market, also seems capable of provoking a kind of electronic empathy, a view of the other which has more to do with notions of shared human nature than with cultivated differences. Momentarily, at least, news turns the global village into another imagined community, wider than those which, according to Benedict Anderson (1983), the print media once made out of people writing and reading the same language.

Temos assim outro eixo de abordagem dos acontecimentos pelas mídias, que mobiliza nossos sentimentos, enfatizando o lado humano dos conflitos e da miséria de modo geral, e reivindicando uma identidade genérica em relação aos acontecimentos e em relação a esse sofrimento universalizado.

Porém, como aponta Malkki (1995), se o que temos é de fato um sofrimento universal, temos igualmente o sofrimento despolitizado e desistoricizado, o sofrimento sem nome.

As fotografias de Sebastião Salgado, como tantas outras imagens que vemos diariamente, podem nos ser reveladoras desse humano sem história e sem identidade. Em um livro como *Êxodos* (2000), por exemplo, não há nem legendas para localizarmos os miseráveis corpos, retratados nas belas fotografias. Nas palavras de Sontag, é “uma multidão de causas e modalidades de infortúnio diversas”, reunidas sob um único título (2003, p. 68).

As fotografias de guerra ou de infortúnios, assim como os inúmeros relatos dramáticos sobre estes contextos de profunda miséria, possuem, portanto, um duplo sentido: por um lado causam perplexidade, comoção, compaixão; por outro, anestesiavam. Ou paramos de sentir qualquer coisa e nos acostumamos com as imagens terríveis, ou, ao sentirmos qualquer coisa, já cumprimos nossa ação humanitária.

CONCLUSÃO

Feito esse percurso, podemos concluir que o jornalismo internacional nos revela uma imagem do mundo contemporâneo, mas é pouco crítico ou desconstrutivista de sentidos comuns, posicionamentos estancos, idéias preconcebidas.

Poderíamos pensar o jornalismo internacional como cosmopolita, no sentido de uma abertura para o mundo, de um meio de acesso às diversidades de contextos, de fatos, de lugares, de pessoas, de jornalistas. Porém, ele mais parece um espelho, que reflete políticas de manutenção de poderes e hegemônias, ancoradas em discursos e imagens, que continuam a dividir o mundo entre *Nós e eles*.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.
- ARBEX JR., José. *Telejornalismo: mídia e história no contexto da Guerra do Golfo*. 2000, 195 p. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ATENTADO mata 150 em Sri Lanka. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 abr. 1987. Manchete, p. 1.
- A BARBÁRIE prevalecerá? *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 abr. 1994. Notas e Informações, p. A3.
- BASCH, Gábor. *Assentados, estrangeiros e nativos: conflitos sobre nacionalidade e cidadania na Hungria e na Voivodina*. 2003, 170 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Unicamp, Campinas, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. L'emprise du journalisme. *Actes de la Recherche in Sciences Sociales*, Paris, n. 101/102, p. 3-9, mar. 1994.
- _____. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998.
- GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Tradução Vera Ribeiro. Editora UFRJ: 2002.

- HANNERZ, Ulf. *Transnational connections: culture, people, places*. London: Routledge, 2000.
- _____. *Foreign news: exploring the world of foreign correspondents*. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.
- HUNTINGTON, Samuel. Choque das civilizações? *Política externa*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 120-141, mar. 1994.
- IVEKOVIC, Ivan. O drama iugoslavo. Identidade: idéias preconcebidas, manipulações políticas e falsificações históricas. *Novos Estudos CE- BRAP*, São Paulo, n. 47, p. 39-61, mar. 1997.
- KNIGHTLEY, Phillip. *A primeira vítima: o correspondente de guerra como herói, propagandista e fabricante de mitos, da Criméia ao Vietnã*. Tradução Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- LAPOUGE, Gilles. Olho por olho, dente por dente. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 abr. 1987. Exterior, p. 6.
- MALKKI, Liisa. *Purity and exile: violence, memory, and national cosmology among Hutu refugees in Tanzania*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- MANUAL geral da redação: Folha de S. Paulo. 2 ed. rev. ampl. São Paulo: Publifolha, 2001.
- NATALI, João Batista. *Jornalismo internacional*. São Paulo: Contexto, 2004.
- PERES, Andréa Carolina Schwartz. *Enviado especial à...: uma análise antropológica da cobertura da imprensa brasileira das guerras na ex-Iugoslávia (anos 90)*. 2005, 289 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SALGADO, Sebastião. *Êxodos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SERVA, Leão. *Jornalismo e desinformação*. São Paulo: Senac, 2001.
- SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. Tradução Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- TAYLOR, John. *Body horror: photojournalism, catastrophe and war*. Manchester: Manchester University Press, 1998.
- TODOROVA, Maria. *Imaging the Balkans*. New York: Oxford University Press, 1997.

WOLFF, Larry. *Inventing Eastern Europe: the map of civilization on the mind of Enlightenment*. Stanford: Stanford University Press, 1994.